

**FORMAÇÃO INICIAL EM PSICOLOGIA E ATENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL:  
RELATOS DE PROFISSIONAIS**

**FORMACIÓN INICIAL EN PSICOLOGÍA Y ATENCIÓN A LA VIOLENCIA SEXUAL:  
RELATOS DE PROFESIONALES**

**INITIAL TRAINING IN PSYCHOLOGY AND ATTENTION TO SEXUAL VIOLENCE:  
REPORTS OF PROFESSIONALS**



Brenda Sayuri TANAKA<sup>1</sup>  
e-mail: [brenda.s.tanaka@unesp.br](mailto:brenda.s.tanaka@unesp.br)



George Miguel THISOTEINE<sup>2</sup>  
e-mail: [george.thisoteine@unesp.br](mailto:george.thisoteine@unesp.br)



Ana Cláudia BORTOLOZZI<sup>3</sup>  
e-mail: [claudia.bortolozzi@unesp.br](mailto:claudia.bortolozzi@unesp.br)

**Como referenciar este artigo:**

TANAKA, B. S.; THISOTEINE, G. M.; BORTOLOZZI, A. C. Formação inicial em psicologia e atenção à violência sexual: Relatos de profissionais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, e023070, 2023. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.17800>



| Submetido em: 01/03/2023  
| Revisões requeridas em: 22/08/2023  
| Aprovado em: 13/10/2023  
| Publicado em: 28/12/2023

---

**Editor:** Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru – SP – Brasil. Psicóloga e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Psicólogo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual.

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru – SP – Brasil. Psicóloga e livre-docente do Departamento de Psicologia.

---

**RESUMO:** A violência sexual está atrelada a problemas de saúde vivenciados pelas vítimas e a Psicologia possui grande importância no acompanhamento dessas pessoas. Este estudo qualitativo investigou a contribuição da formação inicial em Psicologia no atendimento de casos de violência sexual, segundo o relato de profissionais. Foram entrevistadas cinco psicólogas cujos relatos foram categorizados pelo método de análise de conteúdo, resultando nos agrupamentos: (1) Experiências favoráveis na formação que auxiliaram no trabalho com casos de violência sexual; (2) Dificuldades específicas quando a queixa é violência sexual; (3) Lacunas na formação inicial para atuar com casos de violência sexual; (4) Outros fatores que auxiliam o trabalho atual com casos de violência sexual. Os dados sinalizam contribuições indiretas da graduação para o trabalho com vítimas de violência sexual, entretanto não foram identificados ensinamentos planejados especificamente para essa atuação. Conclui-se que há uma carência de conteúdos específicos sobre violência sexual na formação da amostra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia. Formação inicial. Violência sexual. Atendimento. Vítimas.

**RESUMEN:** *La violencia sexual está vinculada a problemas de salud vividos por las víctimas y la psicología tienen una gran importancia en el seguimiento de esta gente. Este estudio cualitativo investigó la contribución de la formación inicial en Psicología en la atención de casos de violencia sexual, según relatos de profesionales. Fueron entrevistados cinco psicólogos cuyos informes fueron categorizados mediante el método de análisis de contenido, resultando en los siguientes grupos: (1) Experiencias favorables en capacitaciones que ayudaron en el trabajo con casos de violencia sexual; (2) Dificultades específicas cuando la denuncia es violencia sexual; (3) Brechas en la formación inicial para trabajar con casos de violencia sexual; (4) Otros factores que sustentan el trabajo actual con casos de violencia sexual. Los datos apuntan contribuciones indirectas de la graduación al trabajo con víctimas de violencia sexual, sin embargo, no fueron identificadas enseñanzas específicas previstas para esta acción. Se concluye que falta contenido específico sobre violencia sexual en la formación de la muestra.*

**PALABRAS CLAVE:** *Psicología. Formación inicial. Violencia sexual. Asistencia. Víctimas.*

**ABSTRACT:** *Sexual violence is linked to health problems experienced by victims, and Psychology is critical in monitoring these people. This qualitative study investigated the contribution of initial training in Psychology in the care of cases of sexual violence, according to the reports of professionals. Five psychologists were interviewed whose reports were categorized using the content analysis method, resulting in the following groups: (1) Favorable experiences in training that helped in working with cases of sexual violence; (2) Specific difficulties when the complaint is sexual violence; (3) Gaps in initial training to work with cases of sexual violence; (4) Other factors that support current work with cases of sexual violence. The data indicate indirect contributions of the graduation to the work with victims of sexual violence, however, specific teachings planned for this action were not identified. It is concluded that there is a lack of specific content on sexual violence in the sample formation.*

**KEYWORDS:** *Psychology. Training. Sexual violence. Assistance. Victims.*

## Introdução

O estudo aqui apresentado é uma pesquisa desenvolvida sobre a formação inicial na área da Psicologia e seus fatores de ensino voltados para a abordagem do fenômeno da violência sexual. O tema da violência sexual tem sido cada vez mais debatido entre as pessoas em diversos contextos como os familiares, clínicos, jurídicos e também na mídia, seja por meio de notícias, filmes, séries e até mesmo músicas. Para além do impacto social produzido através do conhecimento cada vez mais amplo sobre essa temática, enfrenta-se também os impactos que são gerados nas vidas das pessoas que estiveram em situação de violência sexual, de seus familiares e pessoas próximas, para as quais o trabalho de profissionais da Psicologia torna-se fundamental.

Dessa forma, levantou-se o questionamento sobre como os cursos de Psicologia estariam preparando os futuros profissionais para atuarem com uma demanda que parece ser frequente nas diversas possibilidades de atuação da área - clínica, social, escolar, entre outras -, qual seja, a da atenção para com vítimas de violência sexual. O problema de pesquisa aqui relacionado foi o questionamento se os profissionais em início de carreira sentiam-se preparados para trabalhar com casos de violência sexual, a partir dos recursos teórico-práticos proporcionados por seus cursos de graduação.

Os dados encontrados e discutidos ressaltam a importância do ensino sobre violência sexual para a realização de um trabalho adequado na área da Psicologia, que ajude na promoção de saúde para pessoas que tenham sido afetadas por esse fenômeno. Além disso, podem auxiliar na elaboração de programas educacionais sobre o tema, contribuindo não apenas para a formação profissional de psicólogas e psicólogos, mas também das pessoas que por eles sejam atendidas no futuro.

## Fundamentação do tema

A violência sexual é um problema de saúde pública que acarreta na violação dos direitos humanos (GARCÍA-MORENO; STÖCKL, 2009; BRASIL, 2012; OMS, 2012), sexuais e reprodutivos, caracterizada por qualquer ato ou demonstração de poder de alguém contra a sexualidade de outra pessoa (OMS, 2002). Pode ocorrer por meio da agressividade, mas também pela coação e chantagem, gerando consequências para a saúde das vítimas que podem ser identificadas de maneira imediata ou a longo prazo no decorrer de seu desenvolvimento (OMS, 2012; BRASIL, 2012).

As consequências da violência sexual podem afetar tanto a saúde física, por meio de lesões e infecções sexualmente transmissíveis, quanto a saúde psicológica, a partir de quadros ansiosos e depressivos (OMS, 2002; BRASIL, 2012). A saúde sexual e reprodutiva das vítimas também pode ser afetada, levando a dificuldades de relacionamento e insatisfação com a vida sexual durante a fase adulta (OMS, 2002; GARCÍA-MORENO; STÖCKL, 2009; TANAKA; MAIA, 2020). O atendimento realizado nos serviços de saúde possui o papel de tentar minimizar as possíveis consequências da violência sexual na vida das pessoas que foram vitimizadas (BRASIL, 2012; OMS, 2014; HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2015; CASQUER; SANTOS; GAYOSO; DUARTE, 2019), além de serem um dos primeiros serviços procurados nessas situações (SILVINO; DA SILVA; DUARTES; BELENTANI; DE OLIVEIRA, 2016).

Comumente, a primeira ação realizada é o acolhimento do relato da violência sofrida (HABIGZANG; AZEVEDO; KOLLER; MACHADO, 2006), sendo de extrema importância que o profissional atuante informe à vítima sobre os procedimentos seguintes a serem realizados, assim como seus motivos (BOMFIM; ANDRADE, 2012). A Organização Mundial da Saúde (2014) aponta a necessidade de serviços de saúde abrangentes e de qualidade, com condições para oferecer atendimentos no momento adequado, que sejam eficazes e atentos às questões de gênero, às necessidades e à segurança da vítima e sua família. Mais especificamente com relação à área da Psicologia, os trabalhos devem ser iniciados o mais breve possível e mantidos pelo tempo que for necessário (BRASIL, 2012).

O público mais exposto a sofrer violência sexual são as pessoas do gênero feminino, independentemente de sua idade, sendo fundamental ressaltar que também existem casos em que as vítimas são do gênero masculino (OMS, 2002; 2012; BRASIL, 2012), porém tais situações costumam ser subnotificadas (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2015). Dessa forma, a violência sexual é considerada por enquanto uma violência de gênero, por estar pautada nos padrões sociais do que culturalmente é tido como feminino e masculino (SAFFIOTI, 2004; SPAZIANI; VIANNA, 2020).

Em relação ao público infanto-juvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) determina que todos os adultos responsáveis ou de algum modo ligados às crianças e aos adolescentes possuem o dever de prevenir as violações de seus direitos. Porém, observou-se a associação entre histórico de violências familiares e ofensas sexuais cometidas por adolescentes (COSTA *et al.*, 2017), o que também se relaciona com a possibilidade de

consequências geracionais provocadas por episódios de violência sexual (OMS, 2012; BRASIL, 2012).

O Estatuto também é o documento que prevê e garante o atendimento das crianças e adolescentes nos serviços de saúde, quando em situação de violência sexual. Segundo Hohendorff, Habigzang e Koller (2015), ao analisarem as políticas de saúde mental brasileiras de atenção à violência sexual no sistema público, as vítimas possuem direito tanto ao acompanhamento psicossocial realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), quanto ao tratamento psicoterápico através de encaminhamento para os serviços de saúde mental oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, os mesmos autores identificaram que os índices de encaminhamento para tratamento psicoterápico são baixos, sendo que os sintomas gerados pela violência sexual e percebidos a longo prazo sinalizam para o fato de que a passagem do tempo sem intervenções psicológicas não é suficiente para minimizar os agravos da violência (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2015).

Além disso, os psicólogos responsáveis pelas intervenções necessárias com as vítimas de violência sexual podem apresentar dificuldades relacionadas à realização de um trabalho adequado, que demanda preparo técnico e emocional para lidar com o tema, ao qual podem ser atribuídos diferentes significados morais e culturais (NUNES; MORAIS, 2021). Do mesmo modo, a fragilidade profissional pode acarretar na ausência de registro das informações relativas à vítima e a violência sexual sofrida, necessárias para decidir os encaminhamentos apropriados (NUNES; LIMA, 2017), bem como na ausência de registro dos procedimentos empreendidos pelos profissionais da Psicologia quando o encaminhamento ocorre (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2015).

Assim, o preparo profissional aparece como fator relevante nos casos de violência sexual, que apresentam demandas específicas (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2015), e a formação continuada realizada pelos profissionais que atuam com as vítimas é considerada um fator de proteção para essas pessoas que são atendidas (NUNES; MORAIS, 2021). Porém, importante também se faz investigar sobre a formação inicial em Psicologia e o preparo proporcionado durante a graduação para a atuação com casos de violência sexual, já que esta é a base para a futura atuação desses profissionais em início de carreira, que podem se deparar com casos de violência sexual ao começarem a trabalhar.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar a contribuição da formação inicial em Psicologia para psicólogas e psicólogos no acolhimento e/ou atendimento de casos



de violência sexual, independentemente da área de atuação (clínica, hospitalar, escolar, entre outras), segundo o relato de profissionais recém-formados.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tipo descritivo-exploratório (BORTOLOZZI, 2020), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma universidade pública (CAAE 32484020.3.0000.5398; Parecer de n.º 4.098.015 de 19/6/2020).

Participaram deste estudo cinco psicólogas registradas no Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo e todas se identificaram com o gênero feminino, com idade entre 23 e 49 anos (média de 29 anos). Atuavam como psicólogas clínicas, sendo que duas delas também trabalhavam em outras áreas ligadas à Psicologia. Apesar disso, o contexto clínico no qual trabalhavam não era homogêneo: atendiam em clínicas interdisciplinares, outras em casa por meio de atendimento remoto, ou em serviços de clínica-escola de especialização e residência. As participantes foram nomeadas pela letra maiúscula P, seguida da numeração ordinal pela qual realizaram as entrevistas: P1, P2, P3, P4 e P5.

As participantes dividiam-se entre aquelas que usam a abordagem psicanalítica e aquelas que partiam do referencial teórico da análise do comportamento, sendo quatro formadas em 2019 e uma em 2018. Apenas duas delas estavam desenvolvendo atividades de estudos na pós-graduação *lato sensu*, sendo que nenhuma possuía curso ou formação específica voltada para o fenômeno da violência sexual.

A seleção das participantes foi realizada mediante divulgação da pesquisa no grupo de estudos ao qual os autores se vinculam, caracterizando uma amostra por conveniência, não probabilística. Foram considerados como critérios de inclusão ter concluído a graduação em Psicologia em até três anos antes da realização da entrevista e ter realizado o acolhimento e/ou atendimento de uma ou mais vítimas de violência sexual, seja no campo clínico ou em instituições de acolhimento (tais como hospitais, centros de atenção psicossocial, conselhos tutelares, dentre outras).

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro foi elaborado pelos pesquisadores e testado em formato piloto com participantes similares ao da amostra para ajustes necessários antes da versão final. As entrevistas foram realizadas por via remota e on-line pela Plataforma *Google Meet*, em decorrência das medidas sanitárias estipuladas durante a Pandemia de COVID-19, gravadas e transcritas na íntegra para registro e

posterior análise dos dados. Ao término, solicitou-se a cada participante a indicação de outro profissional que pudesse integrar a amostra, de acordo com os critérios de inclusão, técnica denominada “bola de neve”. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi imprescindível para assegurar a participação voluntária na pesquisa e inclusão dos dados coletados, resguardando os direitos éticos das participantes.

O procedimento de análise de dados utilizado foi a técnica de análise de conteúdo, que prevê a formação de categorias temáticas emergentes e mutuamente exclusivas (BARDIN, 2011; BORTOLOZZI, 2020). As categorias encontradas a partir da análise passaram por juízes para reavaliação e validação por compatibilidade.

## Resultados

### **(1) Experiências favoráveis na formação que auxiliaram no trabalho com casos de violência sexual**

Esta categoria reúne informações sobre a graduação fornecidas pelas participantes e que expressam relação de influência favorável para com a atuação profissional em Psicologia com casos de violência sexual, auxiliando no trabalho atual. Essas experiências foram subdivididas em duas subcategorias: atividades práticas em estágio(s) durante a graduação, com atendimento de caso(s) relacionado(s) à violência sexual e supervisão com professores; e questões teóricas trabalhadas durante a graduação.

Um modo de compreender a formação como favorável foi a experiência a partir de atividades práticas, sobretudo em situações de estágio supervisionado. A participante P1 entende que, por ter tido a oportunidade de atender um caso de violência sexual durante a graduação, ficou segura de como atender outro caso que envolvesse esse tema após a graduação ter sido concluída, mas reconhece que são sempre casos difíceis. Segundo P1, as supervisoras de estágio que ela teve na graduação também trouxeram conteúdos e orientações importantes para a prática que desenvolveu na formação inicial.

P2 realizou uma atividade de plantão psicológico que ajudou no acolhimento dos casos de terapia após estar graduada, em especial os de violência sexual. Também destacou o estágio que fez na sede do Conselho Regional de Psicologia como uma experiência importante para aprender sobre como realizar a denúncia desse tipo de violência e conhecer as normas técnicas de atuação nesses casos, seja nas diferentes práticas de Psicologia ou como psicóloga clínica.

A participante P3 relatou uma atividade indireta durante o estágio de psicologia organizacional, na qual pôde treinar suas habilidades para escuta e acolhimento, o que a preparou para um fenômeno que compreendeu ser comum para o trabalho da Psicologia. Já P4 participou de projetos de extensão com crianças e cuidadores, espaços nos quais desenvolveu habilidades de escuta e acolhimento para lidar posteriormente com os casos diretamente ligados à violência sexual. Também destacou um estágio obrigatório feito no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um trabalho de acompanhamento terapêutico em que as orientações que o professor supervisor fazia sobre sua atuação também foram consideradas importantes para modificar a sua forma de agir e entender as situações de atendimento psicológico.

A partir desses relatos, foi possível perceber que houve casos de atendimento direto e mais específico com a temática da violência, a partir das informações sobre atendimentos na área clínica, como também nas situações práticas diversas em que as habilidades de escuta e acolhimento foram desenvolvidas, de modo a contribuir para a atuação profissional futura com casos de violência sexual.

Outro modo de compreensão da formação enquanto um processo favorável ocorreu a partir dos relatos sobre as atividades teóricas. A participante P1 entende que o tema “violência sexual” foi visto em uma das disciplinas cursadas durante a graduação, mas de forma superficial. Por sua vez, P2 identificou o curso e os professores de Psicologia como muito importante para tomar consciência e desnaturalizar a forma como via os fenômenos sociais e psicológicos, porém sem mencionar disciplinas específicas nas quais tenha visto sobre o fenômeno da violência sexual.

A participante P3 considera que os conteúdos trabalhados na disciplina de Educação Sexual auxiliaram-na a entender que trabalhar tabus relacionados às vivências de violência sexual, como a reação da família frente à notícia ou a figura do agressor (membro da família ou pessoa próxima a esta), são processos importantes para ajudar na elaboração do sentimento de culpa apresentado pelas vítimas de violência sexual. Também contou que havia uma aula específica sobre violência sexual nessa disciplina e, além disso, sinalizou que os temas foram tratados em uma apresentação de estagiários na disciplina de Psicologia Escolar, bem como na disciplina de Psicopatologia durante discussão sobre casos de Transtorno Borderline.

P4 também destacou o aprendizado sobre violência sexual em discussões nas disciplinas do curso, comentando: “*as aulas de clínica, quando eu penso nos aprendizados, eles vieram muito das aulas de clínica. Principalmente nas aulas do terceiro e quarto ano, clínica comportamental 1 e 2*”. Destacou ainda as disciplinas de Psicanálise que trouxeram repertório



teórico e principalmente os relatos de casos que ajudaram a ver de forma mais concreta o manejo profissional possível de se realizar durante a prática profissional. Apontou a disciplina de Educação Sexual como importante para pensar em como se dá a violência no contexto escolar e como a instituição participa da forma de intervenção sobre esse fenômeno.

Dessa forma, as disciplinas comentadas pelas participantes que abordaram o conteúdo sobre violência sexual foram aquelas relacionadas à área clínica (pela abordagem comportamental e psicanalítica, a depender da afinidade da participante com a teoria em questão), principalmente através da discussão de casos, e à área escolar, através da abordagem de educação sexual.

## **(2) Dificuldades específicas quando a queixa é violência sexual**

Esta categoria apresenta relatos sobre as dificuldades percebidas pela terapeuta quando o caso envolve situações de violência sexual, durante o trabalho atual. P1 diz que *“violência sexual (...) sempre é muito difícil quando você ouve isso de uma outra mulher”*. Além da identificação da participante com outras mulheres, a entrevistada passou em sua vida por esse tipo de violência, o que a coloca em um lugar onde é mais difícil escutar e ponderar sobre o que aconteceu. Entende que os casos de violência sexual exigem uma abordagem complexa, *“o dobro de cuidado”*, para que não seja maximizada a dor durante o relato nos atendimentos, pois não é um assunto fácil de lidar para as pacientes.

P2 afirma que, por nunca ter passado por esse tipo de violência e nem conhecer casos em sua família ou entre as pessoas de seu convívio, ela possui dificuldades em reconhecer ou entender esse tipo de situação que as vítimas passam. Além disso, entende que o agressor estar ou não em contato com as vítimas é um fator que complexifica mais o atendimento. Por isso, enfatiza que a violência sexual é um assunto delicado, exigindo do profissional pensar em *“como”* e *“o quê”* falar para evitar reproduzir essas e outras violências com a vítima.

P3 comenta que surgem dificuldades pessoais por se identificar com os relatos e por ser mulher como as vítimas que atendeu, mesmo sem ter passado por esse tipo de violência. Já a participante P4 menciona dificuldades pessoais por não conseguir dar a disponibilidade emocional ou o suporte que acharia necessário para essas pessoas. Também destaca a impressão de ficar aquém de como gostaria de atender, principalmente no manejo quando as vítimas são crianças, por sentir que esse público é mais difícil de atender do que quando a vítima é um adulto. Relatou ainda ter grande dificuldade em como abordar a culpa e a ansiedade que as

pacientes crianças e adultas sentem, pois entende que são sentimentos que não cessam apenas por algo dito pela profissional e sim por um processo de reencontros com essas pacientes.

Dessa forma, levando em consideração as dificuldades mencionadas, percebe-se por meio dos relatos das participantes uma grande preocupação com fatores do atendimento que poderiam levar à revitimização das pacientes por parte das próprias psicólogas, o que parece ter relação direta com essa compreensão de que tais casos seriam mais complexos e demandariam maior cuidado profissional durante a atuação.

### **(3) Lacunas na formação inicial para atuar com casos de violência sexual**

Nesta categoria, foram agrupados relatos sobre as lacunas na graduação que são percebidas em relação ao trabalho atual de atendimento com casos de violência sexual. P1 conta que, apesar de ter visto sobre violência sexual nas aulas teóricas, os poucos contatos que teve com o tema “*não eram [em] disciplinas específicas*” e o assunto quase nunca era falado, tanto nas disciplinas quanto nos estágios. P2 relatou que, na faculdade, não atendeu pessoas que possuíam histórico de violência sexual e considera que, seja em aulas específicas ou nas atividades dos semestres letivos, os conteúdos desenvolvidos também não ajudaram a desenvolver habilidades e conhecimentos para trabalhar especificamente com esse público e suas demandas.

P3 relatou acreditar que faltou em sua graduação uma disciplina específica que abordasse o assunto, ou ainda algo que recorresse em outras disciplinas, uma vez que esse é um tema que a participante entende como transversal a todas as possibilidades de atuação na área da Psicologia. Também percebe que, apesar de ter aprendido a identificar quando acontece esse tipo de violência com uma criança e como construir uma prática fundamentada e ética, faltaram referenciais para pensar o manejo e o acolhimento específicos para a população que foi vítima de violência sexual.

Por último, P4 reconhece que qualquer formação básica vai possuir lacunas em assuntos específicos, como é o caso da atuação com vítimas de violência sexual em diferentes contextos: hospitalar, atendimento breve, entre outros. Também critica o curso de graduação feito, pois, segundo sua avaliação, ele apresenta a clínica de uma forma tradicional na maioria das vezes, o que não corresponde com a diversidade de atuações clínicas que a Psicologia está inserida.

#### **(4) Outros fatores que auxiliam o trabalho atual com casos de violência sexual**

Nesta categoria, foram incluídos os relatos sobre outros fatores que auxiliaram no trabalho das participantes com pacientes que foram vítimas de violência sexual. P1 diz que percebe sua forma de atender e acolher como semelhante com a maneira de sua terapeuta e que a terapia pessoal foi um processo muito relevante para conseguir realizar os atendimentos na graduação e mesmo depois dela. Destacou que continuar realizando cursos após a graduação e também estudos pessoais são fatores muito importantes para prosseguir com os atendimentos: *“estudei bastante em relação a isso, ainda estudo [...] Acho que o que me ajuda bastante é isso [...] realmente pesquisar, estudar, ir a fundo, tentar buscar literatura de referência”*.

As participantes P2 e P3 também destacaram a terapia pessoal e as práticas de supervisão após a graduação como um espaço de autoconhecimento e preparo para atender, ajudando no processo de compreender qual conduta ter frente aos casos e sem confundir suas questões pessoais com as queixas das pacientes. Além disso, P3 em sua atuação depois de formada também buscou por supervisão porque entendeu que eram casos mais trabalhosos e que demandavam uma conduta complexa, não considerando possuir todo o conhecimento necessário *“para lidar com isso sozinha nesse momento de início de carreira”*.

Já P4 afirmou ser fundamental continuar estudando para além da graduação e considera que, por estar em um contexto de formação em pós-graduação, é algo muito importante para a sua prática e entendimento do fenômeno da violência sexual *“a experiência da residência, ter as supervisões, ter sempre um profissional a quem recorrer, uma supervisora, nesses casos mais complexos poder procurar essa pessoa e compartilhar”*. Por fim, destacou que ter participado de um grupo de estudo específico sobre violência sexual após a graduação foi outro fator importante para a compreensão desse fenômeno.

#### **Discussão**

Como as entrevistadas possuíam majoritariamente dois anos de formação, é possível perceber que a maior parte dos recursos teórico-práticos que usam em sua prática advém do período da graduação recém-concluída em Psicologia. As participantes pareceram atribuir grande importância aos estudos específicos feitos dentro de disciplinas cursadas na graduação, considerando as influências geradas para sua atuação com casos de violência sexual posteriormente. Porém, os conteúdos que tiveram relação direta com o tema da violência sexual

geralmente foram mencionados como pontuais dentro do contexto das disciplinas e não representavam um ensino direcionado à compreensão da complexidade desse fenômeno.

Os sentimentos suscitados nas psicólogas pelo contato com vítimas de violência sexual apareceram como elemento relevante, principalmente na Categoria 2, relacionados às dificuldades em atendimento. Penso *et al.* (2008) observaram que esses sentimentos são um fator que contribui para a compreensão de algumas dificuldades identificadas por alunos e ex-alunos de Psicologia diante da atuação com a temática da violência sexual, levando os autores a concluir a falta de embasamento teórico para a realização de intervenções e a necessidade de aprofundamento nos estudos desse tema durante a graduação.

Chama atenção o fato de a maioria das vítimas mencionadas pelas entrevistadas ser mulheres, do mesmo modo como a maioria das notificações de violência sexual ser voltada ao público feminino (OMS, 2002; 2012; BRASIL, 2012). Além disso, observou-se uma tendência à identificação das psicólogas com as vítimas, por serem estas profissionais e as pacientes de mesmo gênero feminino, tendo as participantes experienciado ou não algum episódio de violência sexual em suas vidas. Esse fator pode se relacionar também à necessidade demonstrada por todas de que, para conduzir esse trabalho, realizassem supervisão com acompanhamento técnico sobre a condução dos casos, bem como de terapia para lidar com possíveis questões pessoais suscitadas. Levanta-se como hipótese dessas observações o fato de a amostra ser constituída apenas por mulheres, não havendo relatos da experiência profissional de pessoas do gênero masculino para comparação.

Em pesquisa realizada sobre os efeitos gerados pela capacitação para intervenção com vítimas de violência sexual, junto a psicólogos que trabalham com esses casos, perceberam-se mudanças na atuação profissional dos participantes, levando a intervenções mais efetivas com os pacientes em razão dos conteúdos, técnicas e habilidades trabalhados (DE FREITAS; HABIGZANG, 2013), além de aumentar a sua confiança diante dos atendimentos dos casos (HORWOOD *et al.*, 2018; KRISTUFKOVA *et al.*, 2018). Na Categoria 4, verificou-se que a continuidade dos estudos após a graduação foi um fator que favoreceu e aprimorou a atuação das profissionais com os casos de violência sexual, apesar de os cursos e formações em nível de pós-graduação mencionados não serem especificamente voltados para violência sexual.

Como indicado pelas orientações publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (2012), o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, a *Lei Maria da Penha* e o *Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher* são documentos fundamentais para a atuação de profissionais com as demandas de violência sexual. Apesar de o estudo da legislação (leis,

convenções e estatutos relacionados à prática profissional) fazer parte obrigatória dos currículos de Psicologia, tais documentos e outras normas técnicas de atuação não foram mencionados durante as entrevistas como conteúdos vistos pelas participantes durante a graduação. Apenas P2 contou ter aprendido a respeito sobre o tema, mas em decorrência de um estágio extracurricular e, por isso, não-obrigatório.

A mencionada observação aponta para uma fragilidade na formação profissional destinada ao tratamento da violência sexual, em consonância com as descobertas de Aguiar *et al.* (2020), os quais identificaram que as formações na área da saúde não abordam devidamente a temática da violência sexual contra a mulher. Quando abordam, o fazem de maneira superficial, indicando a necessidade de incorporar essa temática nos currículos de ensino superior.

De maneira similar, as participantes não mencionaram instituições públicas que oferecem serviços de atenção a vítimas de violência sexual no Brasil, exceto o CAPS. Isso suscita a hipótese de que tal omissão pode estar relacionada ao fato de as psicólogas terem tido contato com atendimento a vítimas de violência sexual, principalmente no contexto clínico.

Estudos apontam os problemas de formação, tanto no contexto social (AZAMBUJA, 2005) como no contexto clínico (LIMA; POLLO, 2005), indicando que há uma carência conceitual no entendimento do conceito de violência sexual. O mesmo pôde ser observado no relato das participantes, no qual se notou falta de sistematicidade para a definição do fenômeno da violência sexual durante as entrevistas. Podem ser levantadas como hipóteses tanto a carência de referências técnicas abordadas na formação básica dessas profissionais para embasar a delimitação de uma definição, como mais uma vez a falta de espaço para estudo e aprofundamento sobre do tema no espaço da graduação em Psicologia.

### Considerações finais

A relação entre as formações acadêmicas cursadas pelas participantes e o atendimento de questões relacionadas à violência sexual de clientes indicou facilidades mais ligadas ao desenvolvimento de habilidades gerais na prática psicológica, como escuta e acolhimento do que a competências específicas adquiridas no currículo da graduação. A questão da não especificidade de conteúdos, disciplinas, estágios ou estudos prévios sobre violência sexual é compreendida pelas entrevistadas como uma falha na formação inicial. Quanto aos fatores pessoais, como a identidade de gênero ou a história de vida, também foram relacionados às



dificuldades no trabalho com esses casos, cuja solução unânime foi a busca por supervisão e terapia.

Os dados encontrados sugerem a fragilidade da formação acadêmica em Psicologia para atuação com casos de violência sexual e, diante disso, uma conduta das participantes em buscarem contornar esse problema de diferentes formas, como recorrerem a cursos e estudos particulares. Assim, a formação básica da amostra não abordou a violência sexual, apesar deste fenômeno ser complexo e recorrente na atuação em Psicologia e isso evidenciar a necessidade de formação para psicólogos atuarem no enfrentamento de suas consequências na vida das vítimas.

Embora sejam reconhecidas as limitações da pesquisa quanto a composição da amostra, conclui-se que o tema da violência sexual ainda carece de desenvolvimento em muitos aspectos quando pensado em relação à formação inicial na área da Psicologia. Evidentemente que um curso inicial de graduação pluralista não prevê o aprofundamento de nenhuma temática específica; entretanto, considerando os altos índices de violências sexuais registrados no país e a constante demanda de profissionais na área da saúde, como os da Psicologia, para atuarem nesta área, parece ser necessário que os currículos da formação básica em Psicologia considerem um modo melhor de tratar esta temática na formação. Novas investigações são necessárias e podem contribuir para a melhor compreensão dessa problemática, levando também à elaboração de possíveis soluções.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. A. R.; DOURADO, J. V. L.; CAVALCANTI, L. F.; VIEIRA, L. J. E. S.; FERREIRA JR., A. R.; SILVA, R. M. Formação profissional e atenção à mulher vítima de violência sexual: revisão integrativa. **Sonare** (Sobral, Online), v. 12, n. 2, p. 57-68, 2020. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1476/732>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- AZAMBUJA, M.P.R. Violência Doméstica: reflexões sobre o agir profissional. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 25, n. 1, p. 4-13, 2005. DOI: 10.1590/S1414-98932005000100002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: RETO, L.A.; PINHEIRO, A.). Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOMFIM, C.E.S.; ANDRADE, G.V. A importância da atenção psicológica a adolescentes em situação de violência sexual. **Psicologia.PT** (O portal dos psicólogos), p. 1-9, 2012. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0307.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BORTOLOZZI, A.C. **Questionário e Entrevista na Pesquisa Qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo. 1. ed. [S. l.]: Pedro & João Editores, 2020.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Norma Técnica. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Disponível em:

[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3e\\_d.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3e_d.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

CASQUER, M. S.; SANTOS, C. F. M.; GAYOSO, I. L.; DUARTE, S. J. H. Manejo de uma situação de violência sexual: Relato de caso. **Revista de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul**, v. 2, n. 1-2, p. 61-69, 2019. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1223315/artigo-06-manejo-de-uma-situacao-de-violencia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. 1. ed.

Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; CARRETEIRO, T. C. O. C. Transmissão geracional familiar em adolescentes que cometeram ofensa sexual. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 995-1010, 2017. DOI: 10.1590/1982-3703004722016.

DE FREITAS, C. P. P.; HABIGZANG, L. F. Percepções de psicólogos sobre a capacitação para intervenção com vítimas de violência sexual. **Psicologia Clínica (Rio de Janeiro)**, v. 25, n. 2, p. 215-230, 2013. DOI: 10.1590/S0103-56652013000200013.

GARCÍA-MORENO, C.; STÖCKL, H. Protection of sexual and reproductive health rights: Addressing violence against women. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, n. 106, p. 144-147, 2009.

HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S. H.; MACHADO, P. X. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006. DOI: 10.1590/S0102-79722006000300006.

HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, p. 182-198, 2015. DOI: 10.1590/1982-3703000202014.

HORWOOD, J.; MORDEN, A.; BAILEY, J. E.; PATHAK, N.; FEDER, G. Assessing for domestic violence in sexual health environments: a qualitative study. **Sexual Transmitted Infections**, v. 94, p. 88-92, 2018.

KRISTUFKOVA, A.; DA COSTA, M. P.; MINTZIORI, G.; VÁSQUEZ, J. L.; AABAKKE, A. J. M.; FODE, M. Sexual health during postgraduate training - European survey across medical specialties. **Sexual Medicine**, v. 6, p. 255-262, 2018.

LIMA, S. S.; POLLA, V. Violência Sexual em nossos dias: questões para a psicanálise. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 25, n. 4, p. 546-571, 2005. DOI: 10.1590/S1414-98932005000400006.

NUNES, M. C. A.; LIMA, R. F. F. Violência sexual contra mulheres: um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 956-969, 2017. DOI: 10.1590/1982-3703003652016.

NUNES, M. C. A.; MORAIS, N. A. Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: Revisão da literatura nacional. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 41, e227527, p. 1-14, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003227527.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. (Editado por Krug E. G. et al.). Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência**. Organização Pan-Americana de Saúde, 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/3661>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (Trad.). São Paulo, 2014. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PENSO, M. A.; COSTA, L.F.; RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C.; OLIVEIRA, K. D. Profissionalização de psicólogos para a atuação em casos de abuso sexual. **Revista Psico**, v. 39, n. 2, p. 211-218, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1528/3042>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVINO, M. C. S.; DA SILVA, L. F. F.; DUARTES, S. C. F.; BELENTANI, L.; DE OLIVEIRA, M. L. F. Mulheres e violência: Características e atendimentos recebidos em unidades de urgência. **Journal of Health Sciences**, v. 18, n. 4, p. 240-244, 2016. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/06/834023/mulheres-e-violencia-caracteristicas-e-atendimentos-recebidos-e\\_K2Jx0LY.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/06/834023/mulheres-e-violencia-caracteristicas-e-atendimentos-recebidos-e_K2Jx0LY.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

SPAZIANI, R. B.; VIANNA, C. P. Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.16/60747829>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TANAKA, B.; MAIA, A. Mulheres vítimas de violência sexual e resposta sexual na vida adulta: uma revisão da literatura. **Revista Psicologia & Educação On line**, v. 3, n. 1, p. 83-92, 2020. Disponível em: <https://psicologiaeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%209.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

### ***CRedit Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Agradecemos ao GEPESEC, Grupo de Estudos e Pesquisa “Educação, Sexualidade e Cultura”, do qual os autores fazem parte.

**Financiamento:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** O estudo respeitou os procedimentos éticos de pesquisas com seres humanos, tendo sido aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru (CAAE 32484020.3.0000.5398; Parecer de nº 4.098.015 de 19/6/2020).

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados não estão disponíveis por questões de sigilo ético com as participantes da pesquisa.

**Contribuições dos autores:** Todos os três autores participaram, igualmente, da elaboração, redação e revisão do artigo.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

